



SINTFESP-GO/TO

SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA

Filiado à CUT, CNTSS e FENASPS

Ano 2 . Edição 3 - Junho/2017

www.sintfesp.org.br



Sintfesp inaugura novas instalações na Sede Recreativa.

Página.... 4

*Comissão Eleitoral divulga
resultado da eleição no
sindicato.*

Página 5

*INSS desestrutura serviços
para a população.*

Página 10

*Acordo de Greve é lei, mas
não é cumprido.*

Página 11

Extinção do MPS e o desmonte das políticas sociais

A extinção dos Ministério da Previdência Social (MPS), que há 94 anos zelava pela aposentadoria dos brasileiros, marcou o início das desastrosas medidas de Michel Temer (PMDB) quando se fala em direitos, sejam eles sociais, previdenciários ou trabalhistas.

O desmonte foi arquitetado por meio da Medida Provisória (MP) nº 726/2016, que acabou com o MPS, órgão responsável por cuidar das aposentadorias, pensões e benefícios por incapacidade laboral, além de assistir à população socialmente mais vulnerável. Aí começou o fim da política social e solidária, substituída pela lógica do mercado.

As afrontas diretas aos princípios norteadores da seguridade social (Saúde, Previdência e Assistência Social) consagrados na Constituição Federal, continuaram. Alegando déficit na Previdência – negado por inúmeras fontes privilegiadas, inclusive pela Associação de Auditores Fiscais -, o governo Temer encaminhou, em dezembro de 2016, a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) 287/2016, que propõe uma Reforma da Previdência recheada de absurdos.

Ao encaminhar para a Agência Nacional de Saúde (ANS) o chamado Plano Popular de Saúde, o Ministério da Saúde aprofunda o desmantelamento e sucateamento do Sistema Único Saúde (SUS), com o claro de objetivo de abrir espaços para privatização também nesse setor.

Absurdos

O texto original prevê idade mínima de 65 anos para se aposentar, para homens e mulheres; 49 anos de contribuição ininterruptos; extinção da aposentadoria especial para professores; fragilização da aposentadoria dos trabalhadores rurais; não acumulação de aposentadorias e pensões, etc.

Os movimentos sociais e sindical estão lutando para que tal proposta seja rejeitada. A histórica Greve Geral de 28 de abril deste ano levou às ruas 40 milhões de brasileiros, sendo 100 mil em Goiás.

E no dia 30 de junho tem mais! A mobilização dos trabalhadores definirá o rumo do País. O clima nas bases é de transformar esse mês de junho num período de resistência. Percebemos que o sistema político está tentando operar com ou sem Temer e, por isso temos de fazer a luta pelo Fora Temer, contra as reformas e por Diretas Já, que nos permitirão não só resistir às reformas, mas também colocar o Brasil nos trilhos.

Diretoria Executiva Colegiada

Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência dos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp-GO/TO)

Diretoria Executiva Colegiada do SINTFESP-GO/TO

Terezinha de Jesus Aguiar

Diretora de Política e Organização Sindical

Rozilda Rodrigues de Oliveira

Diretora de Política e Organização Sindical (Suplente)

Dimas Macário Macedo

Diretoria de Administração e Finanças

Jesulina Regis do Santos

Diretoria de Administração e Finanças (Suplente)

Gilzeli Sampaio Vasconcelos

Diretora de Políticas Sociais, Raça, Etnia, Mulher e Saúde do Trabalho

Maria Yolanda Silva Filho

Diretora de Políticas Sociais, Raça, Etnia, Mulher e Saúde do Trabalho (Suplente)

Toni Rodrigues Maciel

*(licenciado por mudança de cidade)
Diretora de Imprensa e Divulgação*

Ângela Maria Alves de Souza

Diretoria de Imprensa e Divulgação (Suplente)

Maria Cleusa de Jesus Silva

Diretoria de Formação Sindical

Fernando Antônio Alarcon Pires

Diretoria de Formação Sindical (Suplente)

Neusina Alves Farias

Diretoria de Assuntos Jurídicos

Dilma Sampaio Ferreira

Diretora de Assuntos Jurídicos (Suplente)

Eva de Jesus Nunes dos Santos

*(In memoriam)
Diretora de Esporte e Lazer*

Rita Barros Galvão

Diretoria de Esportes e Lazer

Zorade Barros de Bastos

Diretoria de Aposentados

Matilde Silva Batista

*(In memoriam)
Diretora de Aposentados*

Expediente

**Sindicato dos
Trabalhadores Federais
em Saúde e Previdência
nos Estados de Goiás
e Tocantins -
SINTFESP-GO/TO.**

É permitida a reprodução total ou parcial desta publicação, sem alteração do conteúdo, desde que a fonte seja citada.

Jornalistas Responsáveis

Simonny Santos - MTB 3416
Maisa Lima - MTB 00966

Diagramação

Luciana Quixabeira

Revisão Editorial

Terezinha de Jesus Aguiar

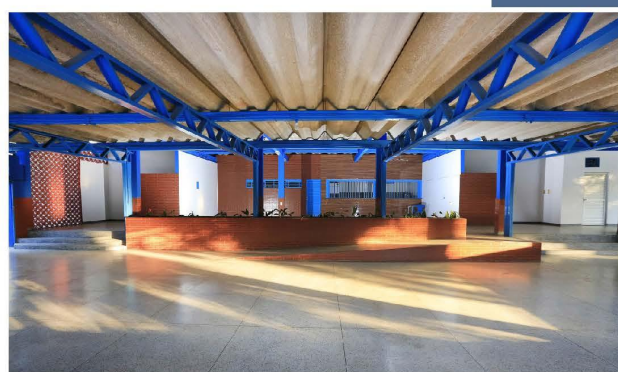
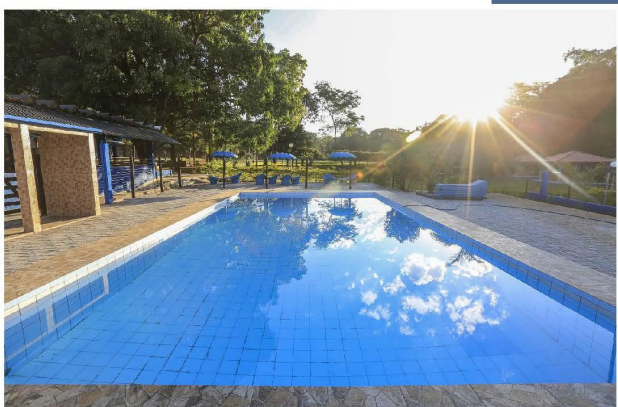
Fotos

Arquivos do
SINTFESP-GO/TO

Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins - Sinfesp-GO/TO
Travessa César Baiocchi Sobrinho, Quadra F-19, Lote 10, Setor Sul, CEP 74080-130 - Goiânia - Goiás

(62) 3224-8232 | sintfesp@sintfesp.org.br

[Facebook.com/sintfesp](https://www.facebook.com/sintfesp)
www.sintfesp.com.br



Inaugurada reforma da Sede Recreativa

A Sede Recreativa do Sintfesp está de cara nova: a portaria foi readequada, assim como o bar, cozinha, depósitos, banheiros e salão de festas. Isso é o que mais dá na vista, mas teve muito mais coisas para deixar o filiado mais confortável no seu momento de lazer, como a construção de três quiosques de 30 m² com churrasqueira, bancada em ardósia e pia.

Quando a gestão 2014/2017 assumiu o sindicato havia uma obra em andamento na sede recreativa, que desde então vem passando por melhorias.

Em novembro de 2015, por exemplo, foi reformada a cozinha da choupana. Na ocasião foi trocada a pia e colocados piso, revestimento, balcão, prateleiras de ardósia, portas e passarelas. Mas em outubro de 2015 foi iniciada uma ação mais profunda, sob orientação de um projeto arquitetônico.

Meio ambiente

Um dos pontos que mereceu cuidados da diretoria foi meio ambiente. Foi recuperada uma área degradada de 30 metros à margem do córrego e construída uma cerca para isolar a área preservada. Além disso serão doadas à Agência Municipal de Meio Ambiente (Amma) de Aparecida de Goiânia 6 mil mudas de plantas nativas do Cerrado.

Comissão Eleitoral divulga resultado da eleição do Sintfesp

O presidente da Comissão Eleitoral que conduziu as eleições no Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp-GO/TO), Rubens Onofre Barbosa, oficiou no último dia 8 o resultado da disputa para a Diretoria Executiva Colegiada e Conselho Fiscal no triênio 2017/2020.

A Chapa 1 – Lutar, Vencer sem Temer! recebeu 238 votos e a Chapa 2 – Na Luta e na Resistência! conquistou 213 votos. Foram contabilizados ainda 9 votos brancos e 4 nulos, totalizando 464 votantes.

Conforme o Artigo 47 do Estatuto do Sintfesp-GO/TO, o Conselho Fiscal será composto de três membros efetivos e três suplentes, eleitos

individualmente por maioria dos votos, independente de vinculação a qualquer chapa concorrente às eleições. Sendo assim, cada filiado pode votar em três nomes. Eis os mais votados:

- Vânia Gonzaga de Souza: 243 votos;
- Dercília Maria de Sousa: 238 votos;
- Fernando Antônio Alarcon Pires: 171 votos;
- Sônia Dias Santiago: 141 votos;
- Francisco Heliodoro Filho: 139 votos
- Ricardo Lorena Ferreira: 129 votos.

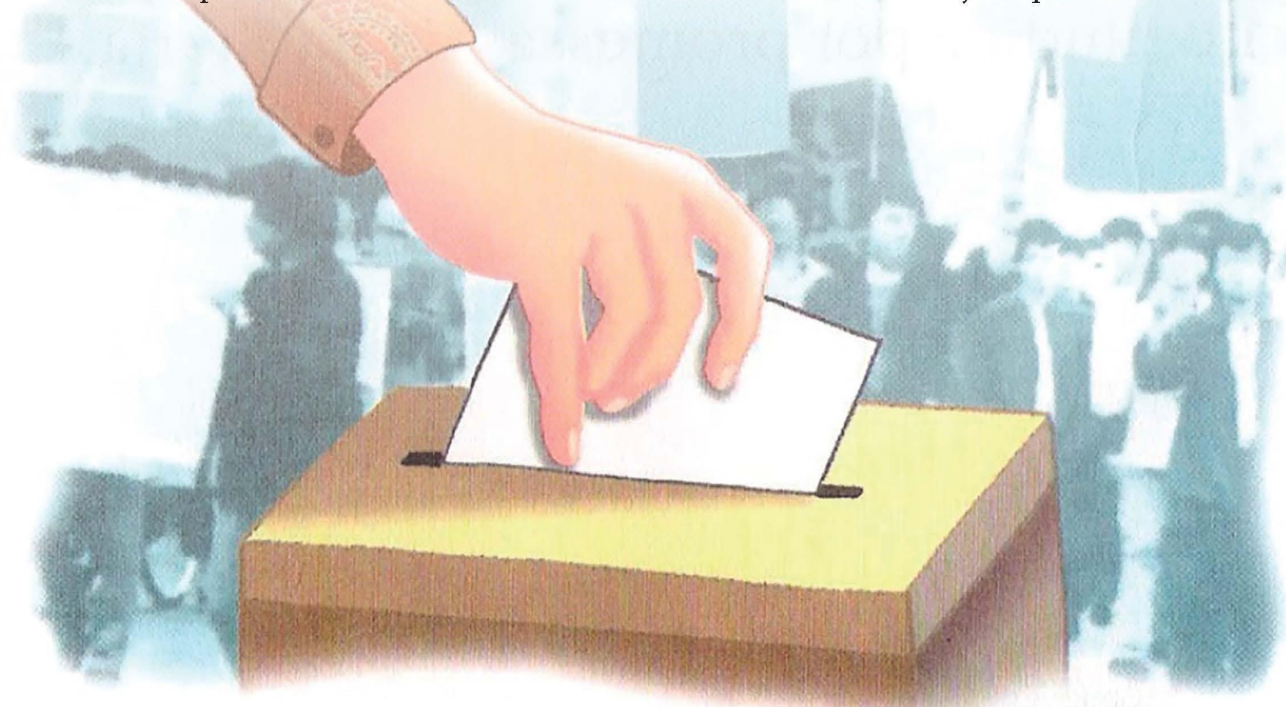
Os trabalhadores e trabalhadoras do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) e dos Ministério da Saúde e da Previdência - assim como os

aposentados destes órgãos - filiados ao sindicato, foram às urnas no dia 30 de maio.

Conforme o Estatuto do Sintfesp, quando existem apenas duas chapas concorrendo ao pleito, o percentual mínimo para composição da Diretoria Executiva Colegiada será de 30% dos votos válidos.

Considerando que a diferença da Chapa 1 para a Chapa 2 foi de 25 votos, ambas devem apontar nomes para compor a Diretoria Executiva Colegiada.

Estes homens e mulheres vão conduzir a entidade no triênio 2017/2020, um momento conturbado da política brasileira, no qual a classe trabalhadora assiste estarrecida a um vendaval de retirada de direitos já adquiridos.



RESUMO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA DO PERÍODO 07/2014 A 31/12/2016

DISCRIMINAÇÃO	ANO	VALOR
SALDO DE RECURSOS DISPONÍVEIS	31/12/2014	667.915,40
	31/12/2015	490.529,28
	31/12/2016	387.972,45
RECEITAS	31/12/2014	1.070.157,91
	31/12/2015	823.967,45
	31/12/2016	1.026.645,73
DESPESAS	31/12/2014	746.636,38
	31/12/2015	1.001.353,57
	31/12/2016	1.128.853,35

FONTE: Balanço patrimonial exercícios supracitados

COMPARATIVO DA MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA

ANO	RECEITA	DESPESA	RESULTADOS
2014	1.070.157,91	946.636,38	123.521,53
2015	823.967,45	1.001.353,57	(-) 177.386,12
2016	1.026.645,73	1.128.853,35	(-) 102.208,02

FONTE: Balanço patrimonial exercícios supracitados

No exercício financeiro de 2014 observamos que houve superávit de R\$ 123.521,53 e houve saldos de recursos disponíveis de R\$ 667.915,40. No exercício de 2015 e 2016 houve déficit de R\$ 177.386,12 e R\$ 102.208,02 respectivamente.

Considerando a perda de receitas dos meses de fevereiro a abril de 2015 no montante estimado de R\$ 243.394,32, ocasionado em razão da falta de atualização de CADASTRO NO SISTEMA SIAP NET, que inviabilizou o desconto da contribuição sindical dos associados em folha de pagamento no referido período.

No exercício de 2016 o déficit foi impulsionado pela inflação porque passou o País, majorando a folha de pagamento de funcionários do Sindicato e o aumento de preços dos bens e serviços adquiridos no período, agregados os gastos iniciais na obra, no mês de dezembro, realizados da reforma da sede recreativa.

Em análise dos documentos comprobatórios da despesa/receita realizadas nos exercícios de 2015 e 2016 constatamos que as impropriedades que foram objeto de recomendações referentes a análise realizada no exercício de 2014 constatou que as referidas impropriedades persistem, entretanto, são impropriedades de natureza formal, não acarretando prejuízos financeiros para o Sindicato, razão pela qual somos de PARECER FAVORÁVEL à aprovação das contas ora analisadas que se referem ao período de 01/07/2014 a 31/12/2016.

É o relatório.

Goiânia, 23 de junho de 2016

Francisco Heliodoro Filho
Conselheiro Fiscal

João Augusto Neto
Conselheiro Fiscal

Terezinha de Jesus Aguiar
Diretora de Org. Política e Sindical

Dimas Macário Macedo
Diretor de Administração e Finanças

Luciene Ferreira Lemos
Contadora
(CRC-GO 010505/0)



CNTSS/CUT se reúne com representantes do Ministério do Planejamento

A CNTSS/CUT – Confederação Nacional dos Trabalhadores em Seguridade Social participou no último dia 12 de junho, em Brasília (DF), de reunião com o representante do secretário do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, José Fernando Siqueira, e com o diretor do Departamento de Relações do Trabalho, José Borges.

Compareceram à reunião representantes da CONDSEF - Confederação dos Trabalhadores no Serviço Público Federal e da FENASPS - Federação Nacional dos Sindicatos dos Trabalhadores em Saúde, Trabalho, Previdência e Assistência Social.

Esta era uma agenda solicitada desde fevereiro pelas entidades representantes dos trabalhadores, com a finalidade de proceder à configuração de um canal de diálogo com o governo federal para dar prosseguimento às discussões de interesse dos servidores e pontuar a defesa de seus direitos.

A CNTSS/CUT avaliou de forma positiva a abertura do diálogo, pois permitirá assegurar um processo de negociação importante para a categoria, e aproveitou a oportunidade para protocolar um documento contendo pauta de reivindicações de interesse dos servidores.

Gratificação de Desempenho

A reunião teve início com a discussão sobre a incorporação da Gratificação de Desempenho (GD). O representante do secretário alegou que o sistema ainda está em fase de testes com previsão para entrar em funcionamento em agosto e

que fora do sistema tecnológico ocorre o encarecimento do custo da Folha de Pagamento. Mencionou que ainda é encontrada certa dificuldade por parte dos operadores do Serviço Federal de Processamento de Dados (Serpro) para implantação da gratificação.

A CNTSS/CUT questionou esta imprecisão. Após um longo debate foi aprovado que o Ministério do Planejamento emitirá um comunicado sobre data oficial da solução dos problemas. Siqueira disse que fará uma auditoria para identificar se a responsabilidade pelo atraso é do Planejamento ou do Serpro.

Dando continuidade às discussões, foi informado que em algumas SOGEP/NEMS não estão sendo disponibilizados os Termos de Opção da GACEN para os pedidos de aposentadorias. Sobre este tema, ficou acertado que a SEGEP passará orientação aos SOGEP para que sejam encaminhados.

Desconto

Na sequência, foi abordado a situação com referência à greve de 28 de abril. Siqueira mencionou que nesta data não foi encaminhada nenhuma pauta específica ao Ministério do Planejamento para negociação e que isto dificulta o não desconto do dia. Foi observado que a ausência nesta data se deu em virtude da adesão a uma greve convocada nacionalmente pelas Centrais Sindicais. O STF – Supremo Tribunal Federal já se manifestou a respeito e deixou claro que em casos de ausência sem uma justifica-

tiva a orientação é o desconto.

Neste ponto, o presidente da Confederação, Sandro Cezar, destacou que o governo está modificando a forma de aposentadoria dos servidores sem que fosse apresentada às entidades dos trabalhadores a nova proposta. Enfatizou que as entidades querem dialogar com o governo sobre esta questão. Ficou acertado que a questão será levada à Secretaria de Gestão e Relações do Trabalho e uma reunião será agendada para concluir as discussões acerca dos descontos do dia 28/04.

A reposição das perdas salariais foi debatida na reunião. Os trabalhadores argumentaram que cerca de 90% dos servidores foram prejudicados nas negociações da greve de 2015. Foi observado que à época estas categorias tiveram pouco mais de 10% divididos em dois anos, sendo que as demais negociações foram mais de 21% ao longo de quatro anos.

José Borges informou que o governo tem conhecimento desta situação, mas o defendeu alegando a dificuldade econômica, o cenário fiscal, o chamado de alguns concursados, além do crescimento vegetativo da Folha de Pagamento. Concluiu que neste cenário o governo tem muitas dificuldades de atender esta pauta das entidades nacionais.

Sobre a cesta de benefícios ficou acertado que o tema será debatido em reunião a ser agendada logo. Quanto à criação do Comitê de Carreira foi informado que a secretaria recebeu a minuta do Decreto para sua criação.

INSS desestrutura serviços para a população

A Direção Geral do INSS vem adotando uma série de medidas que têm por finalidade descaracterizar e enfraquecer o instituto aos olhos da população. Na verdade, ao adotar essas medidas os gestores estão antecipando na prática a Reforma da Previdência.

Atentos à manobra, a CNTSS/CUT e seus sindicatos estão repudiando e combatendo as restrições que chegam aos servidores por meio de portarias e despachos decisórios.

Estão tentando dismantlar o Serviço Social e a Reabilitação Profissional, áreas técnicas estruturais da Diretoria de Saúde do Trabalhador (Dirtsat), restringindo assim o acesso a esses serviços, que são direitos dos brasileiros.

Tanto é verdade que as representações do Serviço Social e da Reabilitação Profissional das superintendências regionais do INSS foram exoneradas em massa. O Manual Técnico da Reabilitação Profissional também foi alterado, transferindo as decisões da equipe técnica multiprofissional para a Perícia Médica.

Tais medidas tiram dos profissionais as condições éticas e técnicas para oferecer aos usuários o acesso a



esses serviços.

Teletrabalho

A Direção Geral do INSS também anunciou a criação de um novo modelo de atendimento ao cidadão, oferecendo ferramentas para melhoria do atendimento nas Agências da Previdência Social.

Uma delas é o Teletrabalho, onde é ofertado ao servidor que atua na retaguarda das APSs, executando a análise e a concessão de benefícios, a possibilidade de trabalhar em casa.

Com esse modelo foi prometido “uma melhoria” na qualidade de

vida do servidor, que poderia organizar o horário de trabalho de acordo com suas necessidades pessoais, mas com uma carga de processos dentro de uma meta definida semanalmente pelos gestores.

Ocorre que o INSS não ofereceu, até agora, a mínima estrutura necessária para o desempenho do teletrabalho, o que na prática implica em sobrecarga na quantidade de serviços, já que o servidor terá que atingir as metas sem o acompanhamento e apoio no que toca aos problemas do sistema operacional, que frequentemente entra em pane.

INSS só libera resultado da perícia por internet ou telefone

O INSS proibiu a entrega de Comunicados de Resultado de Requerimento (Crer) de auxílio-doença no mesmo dia da realização do exame médico pericial. Agora o segurado precisa acessar o resultado via internet, após 21 horas da realização da perícia mé-

dica, ou entrar em contato com a central 135.

Isso limita o acesso à informação por parte dos segurados, que antes tinham o resultado imediatamente após a realização da perícia médica. Inclusive era nesse momento que ele recebia instruções

sobre como entrar com recurso em caso de ter o benefício negado.

Nessa decisão arbitrária, o INSS não levou em conta a dificuldade de muitos requerentes em acessar a Internet. A medida vai na contra-mão da tentativa de elevar a eficiência do serviço público.



Acessibilidade no INSS

Recentemente o INSS publicou a Portaria 72/2017 instituindo o Comitê para Estudos e Implantação da sede Brasil do Centro Ibero-americano de Autonomia Pessoal e Ajudas Técnicas (Ciapat-Brasil).

Caberá a esse comitê estabelecer, no âmbito do instituto, um centro de referência integrado e difusor da acessibilidade integral, de produtos e tecnologias de apoio e de desenho arquitetônico direcionados a pessoas com deficiência e a idosos.

Entretanto, desde 2012 existe no INSS o Comitê Nacional de Acessibilidade, que de lá para cá só se reuniu três vezes e até hoje não planejou nenhuma ação para implementar a acessibilidade no instituto. Falta orçamento até para fazer um plano de ação.

Para Patrícia Souza Oliveira, assistente social do INSS e deficiente visual, para que o Comitê assuma suas funções seria fundamental que ele estivesse vinculado ao Gabinete da Presidência. “A coordenação deve ser composta por pelo menos um servidor com deficiência e que tenha conhecimento das questões que envolvem a acessibilidade. O ideal é que as superintendências indicassem para esse comitê mais servidores com diferentes tipos de deficiências para contribuir nesse debate”.

A CNTSS/CUT encaminhou ao INSS ofício solicitando o pleno funcionamento do Comitê Nacional de Acessibilidade, que é aquele que sabe das demandas dos servidores no seu local de trabalho.

Adicional de insalubridade depende de laudo técnico

Servidores do INSS e do Ministério da Saúde que trabalham em ambientes expostos a agentes físicos, químicos ou biológicos que extrapolam os limites de tolerância estabelecidos pela legislação vigente têm direito ao pagamento do Adicional de Insalubridade e Periculosidade. Para tanto é necessária a emissão de laudo técnico pelo canal competente.

A Nota Técnica nº 778/2016, da Secretaria de Gestão de Pessoas e Relações de Trabalho do Ministério do Planejamento (SEGRT/MP) é clara: “os servidores que trabalham no atendimento ao público, independentemente do cargo público efetivo que ocupe, e desde que a forma de sua remuneração permita (caso que não engloba aqueles que recebam os estímulos por meio de subsídio), poderão fazer jus ao pagamento do adicional de insalubridade desde que fique demonstrado que o local de trabalho ou o exercício da atribuição funcional em si apresente elementos que o caracterize em uma das circunstâncias que justifique a concessão do adicional de insalubridade”.

No INSS, a Diretoria de Saúde do Trabalhador (Dirsat) já emitiu memorando para dar cumprimento à Nota Técnica. No caso do Ministério da Saúde, entretanto, a questão está na pauta a ser discutida na Mesa Setorial de Negociação Permanente, onde também está em análise a atualização das tabelas salariais. Além disso, para emissão do laudo técnico de insalubridade, o órgão depende da iniciativa dos Estados e municípios onde atuam servidores cedidos pelo ministério.

Projeto Parâmetros 2 gera insatisfação em servidores e usuários

O Projeto Parâmetros 2 do INSS, cujo objetivo é agilizar a concessão de benefícios aos segurados do instituto, gerou uma série de insatisfações na APS Goiânia Oeste, onde o piloto foi executado, e também entre os usuários.

Foi criada uma equipe de apoio para analisar as solicitações, na expectativa de reduzir o tempo de atendimento para 15 minutos por pessoa. Ocorre que neste intervalo de tempo é impossível realizar as exigências impostas a cada benefício.

O resultado é que elas foram feitas de forma equivocada e o requerente saiu da agência com mais dúvidas que tinha antes do atendimento.

Impacto negativo

Por melhor intencionada que a proposta seja, ela causou impacto negativo no fluxo de atendimento das demandas, chegando a gerar riscos para a integridade física dos servidores diante da demora do atendimento e das incertezas criadas em torno da concessão do benefício requerido pelo usuário.

A equipe técnica disponibilizada pelo INSS não conseguiu resolver nem



20% dos 645 processos em andamento na APS Goiânia Oeste, agravando ainda mais o atendimento da unidade, que conta com um reduzido quadro de servidores.

O problema reside exatamente aí: o número de processos que dá entrada na APS é muito superior à sua capacidade de atendimento e tal situação tem causado estrangulamento.

Os servidores estão fartos de serem cobrados pela falta de estrutura da instituição. Agilidade no atendimento está associada à contratação de pessoal

e a gestão do INSS insiste em resolver os históricos problemas estruturais do órgão sem atacar esse ponto chave.

O próprio Tribunal de Contas da União (TCU), em auditoria operacional realizada ainda em 2013, apontava o risco de descontinuidade do serviço em razão de um número considerável de servidores já estar em condições de requerer aposentadoria e indicou, na ocasião, a necessidade de elaboração de um plano de continuidade que garantisse a manutenção de suas atividades.

Servidores que investem na formação podem receber Adicional de Qualificação

Grande parte das carreiras do funcionalismo público federal contam com o Adicional de Qualificação em seus vencimentos, uma luta que entrou na pauta das entidades nacionais ainda em 2010.

O INSS acenou positivamente para fazer a inclusão do Adicional de Qualificação nos salários

dos seus servidores, como reconhecimento à formação e qualificação profissional daqueles que compõem a carreira do Seguro Social. O Ministério da Saúde também se posicionou favorável à concessão desse benefício aos seus colaboradores

A Nota Técnica nº 9/DDC/CGGP/DGP/INSS coloca: “Estrategicamente, o investimento na aqui-

sição, pelo servidor, do conhecimento - que é o principal ativo das organizações de sucesso-, corrobora com a política de valorização e de reconhecimento pelo trabalho e potencial desenvolvidos, além de fomentar a capacidade da organização ser reconhecida pelo que faz com maior qualidade e comprometimento dos servidores”.

Acordo de Greve é lei, mas não é cumprido

O Acordo de Greve de 2015, que pôs fim à paralisação de três meses da categoria, resultou na Lei 13.324/16, mas até hoje ainda há pontos que não foram cumpridos pelo governo federal.

O Sintfesp-GO/TO entrou com uma ação na Justiça Federal para reclamar a incorporação da Gratificação de Desempenho (GD) aos salários dos servidores. A Fenasps seguiu esse mesmo caminho com ação protocolizada em Brasília (DF).

São eles:

- Criação do Comitê de Carreira do INSS. Segundo o titular da Diretoria de Gestão de Pessoas (DGP), Thiago Endrigo Vesely, a regulamentação e composição do comitê está na mesa do secretário executivo do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), Alberto Beltrame, desde o último dia 27 de abril, aguardando assinatura para encaminhamento ao Ministério do Planejamento.
- O Ministério do Planejamento ainda não tem data definida para o pagamento da incorporação das Gratificações dos Servidores das Carreiras do Seguro Social (GDASS) e da Seguridade Social (GDPST). A informação foi repassada à CNTSS/CUT, por telefone, pelo coordenador-geral de Negociação e Relações Sindicais, José Borges de Carvalho Filho e confirmada pela DGP/INSS.
- Estava previsto o pagamento em três movimentos: 67% em janeiro de 2017, 84% em janeiro de 2018 e 100% em janeiro de 2019. A Secretaria de Gestão e Relações do Trabalho (SEGRT/MP) alega que é difícil definir a data, uma vez que são necessários procedimentos de tecnologia para a implantação do sistema de cálculo, considerando os pontos diferenciados entre os servidores e as várias gratificações de desempenho. Apesar disso, o coordenador-geral José Borges de Carvalho Filho salientou que o pagamento será retroativo à data de adesão do servidor.
- No caso da seguridade social – Previdência, Saúde e Trabalho –, o governo não encaminhou a cláusula negociada sobre a instalação do Comitê de Carreira. Portanto, não foi transformado em lei e, portanto, essa é uma luta que permanece na pauta das entidades representativas da categoria.
- A CNTSS/CUT ressalta o compromisso em buscar o diálogo que garanta o pagamento das aposentadorias que já foram revistas ou concedidas a partir de 1º de janeiro, e, caso não seja resolvido o impasse, o Jurídico será acionado. Destaca também o longo tempo que passou desde a aprovação da lei, julho de 2016, suficiente para adequação do sistema.

Plano de Ação 2017

Sob o argumento do fortalecimento da proteção social, o INSS aprovou o Plano de Ação 2017, com metas a serem atingidas por meio indicadores de desempenho específicos para cada agência, gerência e superintendência.

Entretanto, embora o INSS afirme que esse plano de ação tece caráter participativo, com o envolvimento de servidores de todos os níveis gerenciais, não foi isso que a CNTSS/CUT constatou ao monitorar as Agências da Previdência Social (APSs).

“O INSS tenta ter um trabalho de excelência, mas esbarra na falta de servidores, na ineficiência do sistema corporativo/equipamentos tecnológicos e na capacitação de pessoas. E esses problemas não são de responsabilidade dos servidores. A grande preocupação é que o modelo atual de manutenção ou acesso ao Reat está assentado no cumprimento das metas estabelecidas no Plano de Ação. Quando não cumpre a meta, sai do Reat”, preocupava-se Terezinha de Jesus Aguiar, a Teca, secretária de Comunicação da CNTSS/CUT e diretora de Organização e Política Sindical do Sintfesp-GO/TO.

Breve histórico da jornada de trabalho

A carga horária de 30 horas semanais motivou campanhas históricas da categoria. Embora conquistada há mais de 30 anos (greve de 1984), os servidores sempre foram ameaçados com a volta da jornada de 40 horas.

A Confederação Nacional dos Trabalhadores em Segurança Social (CNTSS/CUT) e o Sintfesp-GO/TO reafirmam a disposição de garantir as 30 horas semanais. Para melhor defender os seus direitos, nada como se informar. Confira o retrospecto dessa luta:

Negociações de 2008

Após cinco anos, o governo Lula abre negociações salariais com entidades nacionais do funcionalismo público federal, propondo a reestruturação das carreiras e salários. Mas mexeu na jornada de trabalho do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) apresentando duas tabelas salariais, sendo uma para carga horária de 40 horas e outra para 30 horas semanais, com valores diferenciados de 30% entre elas.

Agosto de 2009

No INSS, essas tabelas foram implantadas em agosto de 2009. A categoria reagiu e fez greve. Ainda hoje prevalece a luta para reaver as perdas sofridas com o corte dos salários que ocorreu naquele período e para que se estabeleça carga horária de 30 horas semanais para todos e todas, sem redução nos vencimentos.

Resolução 336/2013

Editada em agosto de 2013 após intensa negociação, esta Resolução dispõe sobre a jornada de trabalho, horários de funcionamento e atendimento das unidades, e adoção do Regime Especial de Atendimento em Turnos (Reat) no âmbito do

INSS; além de estabelecer o atendimento ao público em 12 horas ininterruptas.

A adesão ao Reat ficou condicionada ao interesse da Administração e as agências precisavam dispor de meios técnicos e de recursos humanos (lotação mínima de dez servidores). Também era necessário cumprir as metas do Plano de Ação, metas estas que deviam ser acordadas entre todos os envolvidos: gestão e servidores de cada agência.

Greve de 2015 e o Reat

A categoria já não aguentava mais a pressão para cumprimento de metas do Índice Médio do Acervo (IMA)/Gratificação de Desempenho de Atividade do Seguro Social (GDASS) e do Reat como forma de assegurar o salário integral e a carga horária de 30 horas semanais. A paralisação foi um pedido de socorro. A greve de 2015, portanto, teve como eixo a jornada de trabalho e o questionamento da Resolução 336/13.

Março de 2017

A CNTSS/CUT e a Federação Nacional dos Sindicatos de Trabalhadores em Saúde, Trabalho e Previdência Social (Fenasps) se reuniram com a Direção Geral do INSS para avaliar o atual modelo de funcionamento do Reat, em um cenário completamente diverso daquele em que foi implantado, em agosto de 2013. Em que pesem as múltiplas exigências para adesão ao regime especial, a análise feita pelas entidades é que a flexibilização da jornada de trabalho proporcionou mais qualidade de vida, diminuição da carga horária e aumento da produtividade. Ficou acertado que as entidades nacionais farão nova proposta, levando em conta o atual contexto vivencia-

do pelos trabalhadores.

Posição da CNTSS/CUT e do Sintfesp-GO/TO

- Não abrimos mão do restabelecimento da jornada de 30 horas semanais para todos, conquista histórica da categoria, com dois turnos de seis horas diárias, que garante melhor atendimento à população nas agências da Previdência Social.
- Defendemos a continuidade da suspensão do ciclo do Reat até que os problemas estruturais sejam solucionados pela direção do INSS, ou seja, reposição da força de trabalho, com imediata contratação dos aprovados no último concurso, inclusive de quem está no cadastro reserva; aquisição de móveis e equipamentos tecnológicos adequados; disponibilização de programa de capacitação presencial de âmbito nacional e agenda compatível para participação dos servidores; e buscar eficiência nos sistemas corporativos para garantir agilidade no atendimento à população.

Junho de 2017

O INSS publica a Portaria 1.009 constituindo Grupo de Trabalho (GT) – sem a participação das entidades representativas dos servidores, como tem sido a prática do governo golpista - para propor adequações e reorganizações nas rotinas de trabalho, a saber:

- Implantação da jornada de trabalho de 35 horas semanais, com regime de sobreaviso;
- Adoção do banco de compensação de horas;
- Fechamento de APSs para realização de reuniões técnicas mensais e/ou capacitação;
- Implantação do Teletrabalho;
- Ampliação do Reat.

Departamento jurídico é garantia de direitos

Entre 2013 e 2017, o Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp-GO/TO), através da sua Assessoria Jurídica – Josilma Saraiva Advogados Associados e SLPG Advogados Associados – saiu-se vitorioso em 407 ações individuais referentes à Gratificação de Desempenho (GD), defendendo com energia os direitos de seus associados.

Por sinal, a Diretoria de Assuntos Jurídicos procura atender à categoria da melhor maneira possível, seja pessoalmente ou por telefone, para garantir que todos tenham seus direitos respeitados. No ano passado, por exemplo, nada menos que 141 pessoas foram atendidas pessoalmente pela advogada Josilma Tavares.

O Sintfesp também acompanha regularmente o andamento das



ações ajuizadas e somente no passado pagou a 19 filiados as ações individuais referentes à GD e 2 de exercícios anteriores.

A Assessoria Jurídica está atualmente analisando diversos documentos para averiguar se o caso de

ajuizar novas ações. Os temas variam. Vão desde a integralidade até aposentadoria por invalidez, passando por desvio de função, exercícios anteriores e progressão funcional, entre outros temas. Afinal, direitos não se reduzem. Se ampliam!

Acompanhe a história: de Plano de Pecúlio Facultativo a Viva Previdência

O Plano de Pecúlio Facultativo, instituído para os servidores públicos federais em 1974 e que em 1990 virou Geap/Fundação de Seguridade Social, depois ficando, já em 2013, sob administração da GeapPrevidência, agora atende por Viva Previdência.

A mudança não foi apenas no nome. A Viva Previdência é regida por um novo estatuto, adequado à legislação vigente. Nova também é a instituição dos Conselhos Deliberativo e Fiscal, o que vai possibilitar que os participantes tenham representação por meio de eleições diretas nos planos (pecúlio) previdenciário.

As eleições estão previstas para os dias 18,19 e 20 de julho. Os acessos

serão por meio do CPF e de senha personalizada, via eletrônica, internet e por telefone.

São eleitores todos os participantes e assistidos inscritos nos planos previdenciários administrados pela fundação há pelo menos 12 meses e que estejam adimplentes. Lembrando que nem todos os geapeanos são peculistas.

O Conselho Deliberativo será composto por seis conselheiros e seus respectivos suplentes e o Conselho fiscal por quatro conselheiros, mais suplentes.

Peculistas inadimplentes

O Sintfesp tem recebido infor-

mações de associados que perderam o direito ao pecúlio porque ficaram sem contribuir por mais de três meses. Muitas vezes isso acontece porque o servidor não acompanha os descontos pelo seu contracheque.

Se é o seu caso, acione o sindicato, pois a CNTSS/CUT está negociando com o Viva Previdência para solucionar a questão. Informe ao Sintfesp seu nome completo, números do Siap e do pecúlio, a data de inscrição, a data do último desconto e a situação atual.

Assim você recupera o direito de receber 20% do fundo no ato da aposentadoria e de beneficiar algum herdeiro com restante do pecúlio.

RÁPIDAS



Sintfesp-GO/TO obtém decisão favorável para servidores do INSS do Tocantins

Ação ajuizada pelo Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp-GO/TO) obteve decisão favorável na ação que move contra o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) do Tocantins.

O juiz federal da 2ª Vara Federal da Seção Judiciária do Tocantins condenou o INSS a incorporar aos vencimentos, proventos e pensão dos servidores representados pelo sindicato o percentual de 13,23%, com efeitos financeiros a partir de maio de 2003.

Trata-se de uma vitória importante, mas é uma decisão de primeiro grau, que está sujeita à apreciação do Tribunal Regional da 1ª Região e o INSS ainda pode recorrer da sentença. O Sintfesp continuará atento a esta e outras ações que tramitam na Justiça em defesa dos direitos dos seus associados e associadas.

Diálogo

Finalmente o INSS aceitou discutir a regulação da dispensa de registro de frequência para a participação de servidores representantes sindicais em atividades sindicais. A proposta de Portaria está em fase final de elaboração na Diretoria de Gestão de Pessoas do instituto. Para as entidades sindicais, em nível nacional e estadual, este é um avanço considerável, já que os dirigentes poderão se dedicar à defesa das respectivas categorias sem o risco de perdas na remuneração. Essa discussão será levada também ao Ministério da Saúde.



Festa junina do Sintfesp é marcada pela emoção

No dia 24 de junho aconteceu a tradicional festa junina do Sindicato dos Trabalhadores Federais em Saúde e Previdência nos Estados de Goiás e Tocantins (Sintfesp-GO/TO): o Arraiá do Sintfesp!

Neste ano, a festa trouxe duas novidades: uma homenagem póstuma à diretora Eva de Jesus Nunes dos Santos, que adorava festa junina e se esmerava na preparação dos Arraiá do Sintfesp; e a inauguração do projeto de reestruturação da sede recreativa do sindicato, localizada na Alameda Pedro de Sá, Q.N, L.05, Jardim dos Buritis, em Aparecida de Goiânia.

Familiares de Eva estavam presentes e houve muita emoção na hora da homenagem a ela, que agora dá nome ao salão. O presidente da Central Única dos Trabalhadores no Estado de Goiás (CUT-GO), Mauro Rubem, prestigiou a festa e foi um dos que não contiveram as lágrimas



ao recordar a saudosa dirigente.

Participação

Cerca de 200 filiados(as) e suas famílias participaram da festa e para garantir a participação dos dependentes, quem tinha até 24 anos não pagou entrada. Para quem estava acima dessa idade, o valor do ingresso

foi de simbólicos 10 reais.

Esse valor dava direito a degustar as comidas típicas: pé de moleque, paçoca (doce e salgada), canjica, caldos (frango, feijão e vaca atolada), quentão, mané pelado e pipoca estavam no cardápio. Tudo isso oferecido em meio a uma linda decoração típica e música ao vivo.



Alguns exemplos do que a Reforma Trabalhista vai fazer com você

VERDADES DA REFORMA ANTITRABALHISTA

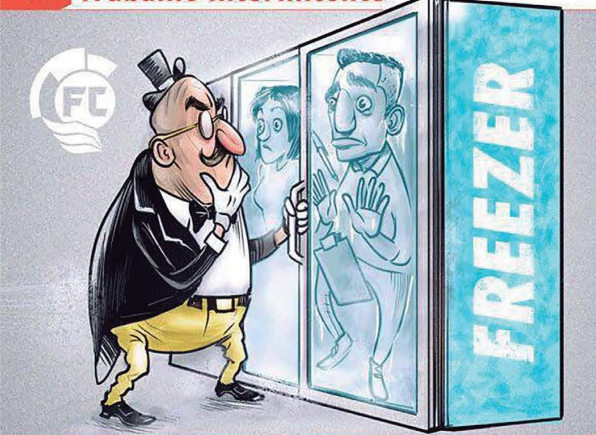
Acaba o direito coletivo



Os Sindicatos são excluídos da defesa do direito coletivo de trabalho. Isso causa insegurança jurídica e deve provocar mais ações trabalhistas.

VERDADES DA REFORMA ANTITRABALHISTA

Trabalho Intermitente



Trabalhador terá que estar disponível à hora que o patrão quiser. Só receberá pelas horas trabalhadas e não poderá programar, adequadamente, dias e horários de trabalho. Impossibilita que o trabalhador atue em mais de um emprego.

VERDADES DA REFORMA ANTITRABALHISTA

Representantes dos trabalhadores



O patrão poderá indicar o representante de sua confiança que irá negociar em nome dos trabalhadores, ocupando o lugar dos Sindicatos. A proporção é de um representante para cada 200 funcionários.

VERDADES DA REFORMA ANTITRABALHISTA

Terceirização



A terceirização indiscriminada, inclusive na atividade principal da empresa, irá precarizar o trabalho e reduzir os salários em até 25%, segundo cálculos de especialistas.



SINTFESP-GO/TO

SINDICATO DOS TRABALHADORES FEDERAIS EM SAÚDE E PREVIDÊNCIA
Filiado à CUT, CNTSS e FENASPS